



José Vicente Jorge. Cortesía de Graça Pacheco Jorge.

O Ano do Nascimento de José Vicente Jorge

TEREZA SENA*

O nascimento de José Vicente Jorge, filho primogénito de Cândio José Jorge (1849-1900) e de Aureliana Maria Guterres (1849-1919), ocorrido em Macau na freguesia de São Lourenço aos 27 de Dezembro de 1872, poderá ter sido noticiado nas páginas da Imprensa local. Ou talvez não, já que os dois jornais não oficiais ou oficiosos existentes à época – *O Independente* e *O Oriente* – estavam suspensos desde Junho de 1868 e 19 de Setembro de 1872 respectivamente, por ataques ao governo da Província no decurso da vigência dos mandatos dos governadores António Sérgio de Souza (1809-1878), que durou de 1868 a 1872, e visconde de São Januário, de quem falaremos adiante. Nem a censura – que por esses tempos vigorava em todo o território português – fora capaz de conter a verve dos respectivos redactores: liberais, acérrimos defensores do ensino laico, anti-jesuítas proclamados, entre outros atributos. Mas isso não vem ao caso. Para além do *Boletim da Província de Macau e Timor*, apenas restava a recém-criada *Gazeta de Macau e Timor* (que não pudémos consultar), algo oficiosa, já que se tratava de um jornal surgido precisamente no dia subsequente àquele em que se fizera calar¹ *O Oriente* e era redigido por Pedro Gastão

Mesnier (1846-1884), nem mais nem menos do que o secretário particular do próprio visconde governador.

A haver texto anunciando a chegada do pimpolho, emparceiraria com o habitual noticiário contemplando obituários, nascimentos, casamentos e baptizados; partidas e chegadas de novos funcionários da Administração; notícias da comunidade na diáspora; lotarias, leilões, perdidos e achados; movimento do porto, anúncios de mercadorias e iguarias recém-chegadas da metrópole e de outras partes, com a indicação dos locais de venda; outros anúncios e comunicados: escolares, judiciais, fiscais, eleitorais, festivos, para além dos respeitantes a obras públicas e subscrições. Enfim, o pulsar da cidade.

Desde 23 Março que Macau era governado (g. 1872-1874) por Januário Correia d' Almeida (1829-1901), visconde de São Januário, um empreendedor capitão de cavalaria e bacharel em Matemática pela Universidade de Coimbra, afiliado no Partido Progressista, detentor de uma apetecível carreira administrativa e com larga experiência nas obras públicas. Acabara de largar o posto de governador da Índia – o 95.º de seu título – onde, em 1871, enfrentara a rebelião das forças militares autóctones, sendo substituído, nos finais desse ano, por Joaquim José de Macedo e Couto (1810-1879) que passou a estar à frente dos destinos do Estado da Índia até 1875. Com efeito, e já nomeado para o substituir, Couto havia zarpado de Lisboa em socorro do visconde com uma força militar que integrava o próprio infante D. Augusto (1847-1889).

A cidade de Macau era orgulhosa da sua história mas, acima de tudo, da sua capacidade de sobrevivência ditada pela vontade das suas gentes – como os abastados avô e pai do recém-nascido José

* Investigadora do Centro de Estudos das Culturas Sino-Occidentais do Instituto Politécnico de Macau. Com vasta publicação sobre temas relacionados com a História de Macau, sua historiografia, bibliografia, fontes e metodologia tem-se debruçado sobre a função intermediária de Macau no contexto do comércio internacional no Sul da China a partir dos finais do século XVIII, a missão na China (Católica e Protestante) e a História da Tradução e da Literatura em Macau.

Researcher at the Centre of Sino-Western Cultural Studies of the Macao Polytechnic Institute. Her extensive publications on topics relating to Macao's History, historiography, bibliography, sources and methodology focus on Macao's role as a go-between in international trade in South China starting in the late 18th century, Protestant and Catholic missionary activities in China, and the History of Translation and Literature in Macao.

MACAU: ARTES & LETRAS - I

Vicente Jorge, que integraram o governo municipal (Senado) –, e consubstanciada numa enraizada tradição autonómica e de auto-governo. Homens determinados e zelosos defensores dos seus interesses, haviam resistido enquanto e como puderam às directivas emanadas de uma metrópole distante e desconhecadora das necessidades, meandros e equilíbrios diariamente negociados e conseguidos com a vizinha China, senhoria e proprietária do terreno, alugado há séculos, mas que os novos tempos e as novas lógicas queriam fazer entrar na planetária partilha colonial.

Em Macau pretendia-se então dar solução a questões de fundo de há muito por resolver: a delimitação do Território e a integração das ilhas na jurisdição da colónia; a questão das alfândegas, da segurança interna e do policiamento do porto; o combate à pirataria, para já não falar na regulamentação da emigração chinesa (cules), expediente a que a cidade havia deitado mão em 1851, uma vez perdida a pujança económica de outros tempos, que para sempre ficaria enraizada na memória e na sociedade, a que muitos adjectivaram de ociosa e de altiva. Tráfico de emigrantes, ópio e concessão do exclusivo do jogo – política implementada pelo governador (g. 1851-1863) Isidoro Francisco Guimarães (1808-1883) na linha delineada pelo seu antecessor (g. 1846-1849) Ferreira do Amaral (ca. 1803-1849) em 1849 –, sustentavam a economia de Macau, perigosamente afectada pela concorrência da jovem Hong Kong, cada vez mais próspera, e das pujantes capitais da presença europeia na China. Referimo-nos aos célebres “portos do tratado” para onde a comunidade macaense passa a emigrar de forma quase maciça: Cantão, Amoy (Xiamen), Funchau, Liampó (Ningpó) e Xangai.

Mesmo assim, Macau vivia pacata e pachorrenta na periferia de um conturbado império chinês ainda governado pela decrépita dinastia Qing (1644-1912) sob a mão de ferro da famosa imperatriz regente, a concubina Cixi (1835-1908). Cixi assumira o efectivo controlo dos destinos da China após o falecimento do imperador (g. 1850-1861) Xianfeng (1831-1861), mantendo o poder até à sua morte ocorrida em 15 de Novembro de 1908. Vexada por uma nova derrota nas II e III Guerra do Ópio (1856-1860), a China, xenófoba e fechada sobre si própria, via-se a braços com a crescente revolta da população, esfaimada, condenada à servidão, e sem horizonte. Bem ao contrário do que acontecia no vizinho, sempre concorrente e empreendedor,

Japão, onde se derrubava o sistema feudal e davam os primeiros passos no caminho do que então se chamava de progresso e de modernização, e que ficou para a história como a era Meiji (1870-1912).

Restabelecendo as relações entre os dois países, abrupta e violentamente interrompidas em meados do século xvii, assinara-se em 3 de Agosto de 1860 o Tratado de Paz, Amizade e Comércio entre Portugal e o Japão, intentando uma cooperação diplomática e económica. O propósito foi sendo lembrado ao longo do século xix com as sucessivas visitas ao país dos governadores de Macau, também acreditados como Enviados Extraordinários e Ministros Plenipotenciários junto das cortes da China, do Japão e do Sião. Em 1898 nomeou-se mesmo, a expensas de Macau, um cônsul de Portugal em Kobe e Osaka, a residir permanentemente no Japão, tendo ele sido como se sabe Wenceslau de Moraes (1854-1929),² que José Vicente conhecera por intermédio de Camilo Pessanha (1867-1926) e que se viria a tornar num dos ídolos da família Jorge.

Lá longe, em Portugal, reinando (g. 1861-1889) D. Luís (1838-1889), viviam-se tempos de rotativismo político, embora ainda muito marcados por essa figura da *Regeneração* que foi Fontes Pereira de Melo (1819-1887), um dos mais emblemáticos promotores da ascensão política burguesa e do seu programa fomentista e modernizador que novo alento dava ao País, sem deixar de o fazer estender a Macau.

De par com José Vicente Jorge, cresceu uma Macau cada vez mais portuguesa, onde também se sentia o frémito, o orgulho ferido e a vontade de provar ao mundo, em pleno arranque da era colonial, que Portugal podia e sabia como gerir política e religiosamente os povos e territórios do vasto império e Padroado que a história lhe legara. Sofrera este um duro golpe com a bula *Universis Orbis*, de 15 de Junho de 1874, na primeira infância do nosso José Vicente, reduzindo a outrora vasta diocese de Macau, congregando todo o Extremo Oriente, à cidade e suas cercanias, causando duro abalo no brio e na confiança das profundamente católicas gentes de Macau. Tudo isto sob o olhar ávido, interesseiro e ameaçador das potências europeias, em franco desenvolvimento e progressiva afirmação imperialista, que a pouco e pouco se assenhoreavam da cena política internacional. Relembremos apenas que José Vicente Jorge teria cerca de 14 anos à data do traçado do célebre Mapa Cor-de-Rosa (1886) e 18 aquando do ultrajante *Ultimatum*

MACAO: ARTS & LETTERS - I

inglês a Portugal (1890). Mas, mais importante ainda, foi também na sua juventude que, após mais de três décadas de conversações inconsequentes, surdas ou desastradas, Portugal logrou obter da China o tão almejado reconhecimento da ocupação perpétua de Macau pelos portugueses – se bem que com limitações à soberania plena, não contemplando a delimitação territorial de Macau (ainda hoje uma questão pendente) e a possibilidade de alienação do então Território. Referimo-nos ao conhecido Tratado de Amizade e Comércio entre Portugal e a China de 1 de Dezembro de 1887,³ ratificado no ano seguinte, quando o jovem Jorge chegava aos 15 anos da sua existência.

Tal não significa que a maioria da população de Macau não continuasse a ser chinesa, étnica e culturalmente falando. Rondaria ela nos finais de 1878 os 63 532 indivíduos⁴ para 4554 não chineses – onde se

incluíam 735 naturais de Portugal, mas sobretudo 3602 não chineses naturais de Macau – logo na sua maioria macaenses –, entre os quais já se contava o pequeno José Vicente Jorge, então com apenas seis anos de idade –, proporção numérica esta que será uma constante na demografia de Macau.

À época do seu nascimento iniciara-se a construção do imponente Hospital Militar de São Januário em terreno benzedo dias antes pelo enérgico governador do bispado, o P.e António Luiz de Carvalho (g. 1870-1875), e apadrinhado pelo governador, de quem haveria mais tarde de herdar o nome. Passará, já no século xx (1937), a designar-se Hospital Conde de São Januário,⁵ em reconhecimento da ousadia do governante que teimara implantá-lo em local tão inacessível quanto apropriado, pela excelente ventilação – por vezes até excessiva –, que a colina de São Jerónimo oferecia para esse fim. Daí que seja comumente designado pela

Entrada do palacete de José Vicente Jorge, na Rua da Penha, ca. 1930. Cortesia de Graça Pacheco Jorge.



MACAU: ARTES & LETRAS - I

população chinesa de Macau como *San Deng Yi Yun* “hospital no topo do monte”.

Sendo desde 1919 o Hospital Geral do Governo e, como tal, não exclusivamente destinado aos militares e funcionários como até então, lá permanece no mesmo local e ostentando o nome do governador, em plena Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China desde 20 de Dezembro de 1999, se bem que desprovido das belas roupagens que o enfeitavam, implacavelmente destruídas em 1952. O edifício, ainda que inspirado no considerado modelar Hospital de São Rafael da Bélgica, revelava a traça do 2.º barão do Cercal, António Alexandrino de Melo (1837-1885), um macaense que deixou marca em quase todas as grandes construções ou restauros do período, como sejam, e para além do palacete da própria família em Santa Sancha, o Teatro D. Pedro V, o Grémio Militar e a capela do Cemitério de São Miguel Arcanjo, recreando a do Cemitério dos Prazeres em Lisboa.

Mas, voltando atrás, D. Aureliana Maria Guterres, mãe de José Vicente, a quem os rigores do Inverno e a pesada gravidez recomendariam o recato do lar, não assistiu certamente à pomposa cerimónia de lançamento da primeira pedra do hospital, ocorrida em 1 de Dezembro desse ano de 1872, data em que se comemorava a libertação portuguesa do domínio espanhol, facto por si só indicativo do crescente processo de afirmação dos valores pátrios em Macau. Não quer isto dizer que as senhoras não “abrilhantassem” as cerimónias públicas, como aconteceu então e pouco mais de um ano depois, em 6 de Janeiro de 1874, por ocasião da pomposa inauguração do mesmo hospital. Fora edificado no tempo recorde de um ano, fruto do empenho do governador, que se revelara igualmente capaz de obter o indispensável financiamento junto dos agentes da emigração chinesa, actividade que, contudo, se vira obrigado a regulamentar em 1872 e 1873, e que Portugal acabaria por abolir por meio do Decreto de 20 de Dezembro de 1873, não se permitindo a partir de então, pelo menos teoricamente, a emigração forçada. Assim, Macau manteve-se ligada à emigração “livre” de colonos chineses até 1894.

Negócio rendoso esse no qual o avô de José Vicente, José Vicente Caetano Jorge (1803-1857), piloto, proprietário de navios e também um dos iniciadores do tráfico em Macau,⁶ fizera fortuna na década de 1850.

Agora por que não teria o marido de D. Aureliana, Câncio Jorge, participado na cerimónia de inauguração do hospital, já não sei responder. Pelo menos o seu nome não consta da lista – dita de todos os presentes –, que assinaram o “Auto da solemne inauguração do hospital militar de S. Januario...”,⁷ diligentemente lavrado pelo secretário-geral do Governo (1872-1874), bacharel Henrique de Castro no próprio dia 6 de Janeiro de 1874.

Provavelmente porque, sendo à época um jovem de 25 anos, um intérprete em início de carreira, ainda não atingira a notoriedade que granjeará nas décadas seguintes nas quais, depois de ter desempenhado interinamente o cargo de cônsul-geral de Portugal no Sião e nos estabelecimentos britânicos dos estreitos de Singapura, Malaca e suas dependências, entre 24 de Novembro de 1883 e 17 de Maio de 1884, e integrado a vereação do Senado de 1888 a 1890, se tornará Presidente da edilidade, cargo que seguramente já detinha em Junho de 1892 mas que já não ocupava em Agosto de 1894.

Oriundo, pelo lado paterno, de uma família de armadores algarvios, descendia de um tal Dionísio Jorge, nascido não se sabe se em Macau ou não por volta de 1700, e de Marta Pinto, que em 1740 ainda viveria, e em Macau.

Talvez não fossem estes os primeiros Jorge de que há notícia na cidade, como até aqui anda dito, mas não é este o momento nem o local para nos embrenharmos nas teias genealógicas, a requerem mais aturada investigação, nem para tentar determinar o envolvimento dos membros da família nas estruturas do poder de Macau, especialmente no governo da cidade, lacuna histórica, aliás, comum a muitas outras famílias locais, que começa agora a ser colmatada.⁸

Pertencendo já talvez à 5.ª geração macaense dos Jorge que aqui nos ocupam, Câncio Jorge representa a consolidação da inserção da família na oligarquia local, onde chegou a ocupar o cargo de administrador do concelho de Macau. O processo fora iniciado pelo seu pai, José Vicente Caetano Jorge, que vemos almotacé em 1831, vereador em 1837-1838 e procurador em 1840 e 1845, abarcando o difícil e delicado período do relacionamento sino-ocidental que foi o da I Guerra do Ópio (1839-1842). José Vicente Caetano Jorge foi, ainda, não provedor,⁹ mas tesoureiro da Comissão Administrativa¹⁰ da Santa Casa da Misericórdia nomeada pela Portaria n.º 10 de 4 de Julho de 1848

durante o governo de Ferreira do Amaral. Contudo, se o pai não pertencia à Irmandade, tanto Cânciao como o seu filho José Vicente Jorge virão a integrá-la, se bem que em momentos diferentes, após a restauração da Misericórdia em 3 de Fevereiro de 1892.¹¹

E é curioso que tal inserção se processe por via de uma geração nascida ilegítima, de acordo com os padrões católicos e ocidentais então vigentes, fruto da ligação que José Vicente Caetano Jorge manteve com a jovem Emília Antónia Xavier (ca. 1828-1892) com quem haveria de vir a consociar-se em segundas núpcias mais tarde, mas seguramente não ca. 1868, como anda escrito.¹² Tal circunstância levou a que Cânciao e pelo menos o seu irmão primogénito nascido da mesma mãe, Francisco José Vicente (1847-1920) –, e não obstante o pai já ter enviuvado em 28 de Julho de 1846 – tivessem sido registados como filhos de pais incógnitos e dados a criar a terceiros, possivelmente membros da família ou do círculo de relações maternas. O facto de tal não ser referido relativamente ao irmão mais novo, Emílio António Jorge (1850-1915) nascido em 4 de Novembro de 1850, poderá significar que os pais já se teriam casado à data do seu nascimento.

No que respeita aos filhos varões do primeiro matrimónio de José Vicente Caetano Jorge com Ana Rita Inocência Lopes (1809-1846) sobre quem há alguma notícia, dispersaram-se na diáspora, por Hong Kong e Xangai, tal como aconteceu aos dois irmãos inteiros de Cânciao Jorge, os referidos Francisco e Emílio Jorge.

Deixemos então estas questões para retomar o fio à meada voltando à época do nascimento do nosso José Vicente Jorge. Pelo que atrás se disse, e numa sociedade bastante estratificada como era a Macau de então, não é certo se à época integrariam já os Jorge a elite macaense, estatuto esse que lhes daria acesso à “vida em sociedade”, onde os membros da aristocracia local ombreavam com a oficialidade e elementos do crescente funcionalismo ultramarino. Referimo-nos, entre outros, aos pomposos bailes e festas de inauguração do Palácio do Governo após profunda remodelação, ou do nóvel (1870) e bastante elitista Grémio Militar de Macau em 1871.

Que sensação e frenesim terão causado tais momentos, sobretudo entre a comunidade feminina de Macau! Afadigavam-se as senhoras na preparação das *toilettes* de acordo com o figurinos de Paris do ano anterior, ou seja, aquele de que dispunham atendendo à distância, sazonalidade e morosidade



Cânciao Jorge, pai de José Vicente Jorge. Cortesia de Graça Pacheco Jorge.

das comunicações e contingências do serviço postal que só em 1884 se tornará oficial com a criação do Serviço do Correio de Macau. Com efeito, por essa altura, o tempo necessário para uma ligação à Europa poderia variar entre os cerca de três e os seis meses, dependendo do tipo de embarcação e rota.

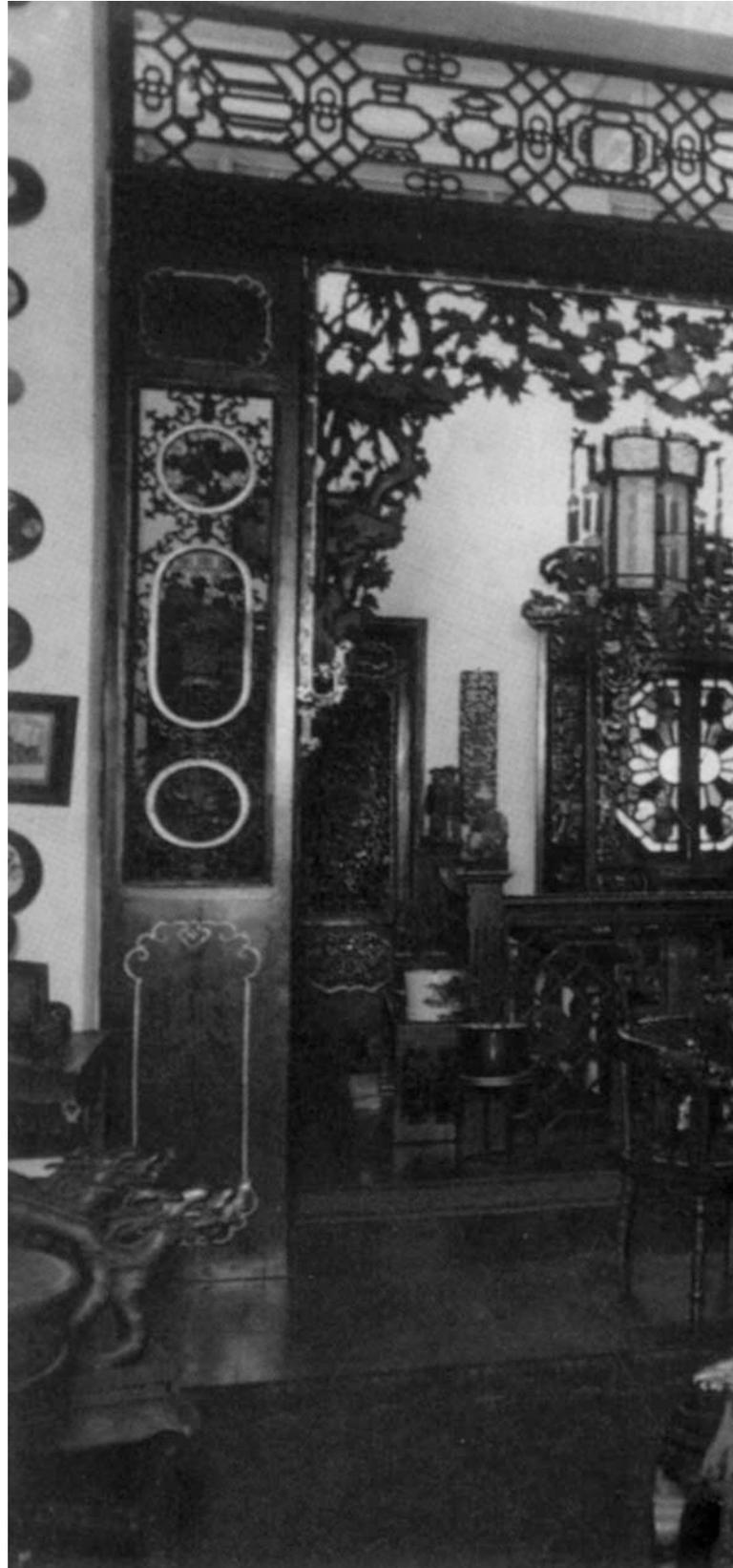
Mas certamente que não deixaram de estar presentes no baile de reabertura, após profundo restauro, do Teatro D. Pedro V em 30 de Setembro de 1873. Fruto de uma primeira manifestação do associativismo macaense surgida em 1857, o Teatro fora inaugurado a 6 de Maio de 1858 e os estatutos da Sociedade do Teatro D. Pedro V aprovados em 20 de Abril de 1859. Ligado a partir de 1879 ao Clube União – de que pai e filho, Cânciao (aliás um dos sócios fundadores) e José Vicente Jorge, integraram a direcção em 1899 e 1903, respectivamente –, e ao Clube de Macau desde 1903, o D. Pedro V tornou-se, não obstante a sua conturbada história,¹³ no símbolo da afirmação identitária da comunidade local perante uma Macau cada vez mais colonial. Ficou célebre pelos seus teatros, óperas e concertos, e também pelas *soirées* e bailes de máscaras.

MACAU: ARTES & LETRAS - I

Fora isso, e tirando as habituais festas marcando o ritmo da vida em família e comunidade – aniversários, casamentos e baptizados, festividades reais, nacionais e religiosas –, as ocasiões sociais seriam, para além da missa e do passeio público, um ou outro *picnic*, banhos de mar, pescarias e caçadas para os homens, e as muitas festas e serões privados através dos quais Macau granjeou fama de ter refinado a arte de bem receber.¹⁴

Nesse e nos anos subseqüentes, enquanto José Vicente Jorge passava a primeira infância, a cidade modernizava-se. Cadastrava-se a propriedade, regulamentava-se o fisco, abriam-se estradas, florestavam-se baldios, construíam-se aterros no Porto Interior, drenava-se e regularizava-se o rio, fortificavam-se os baluartes e melhorava-se o equipamento militar – contexto em que emergiram, entre outros, o Quartel dos Mouros, inaugurado em 9 de Agosto de 1874, e o corpo das tropas indianas a ele adstricto. Especificamente concebido para o alojar, o exótico edifício, que a partir de 1905 passou a sede da Capitania do Porto de Macau, foi desenhado pelo arquitecto italiano José Maria Casuso,¹⁵ sendo, ao que parece, o projecto de engenharia assinado pelo 2.º barão do Cercal.

Empreendiam-se também obras na Taipa e em Coloane, onde se exploravam pedreiras e se abriam escolas chinesas para crianças pobres (1882). Em Macau, intentava-se, infrutiferamente, impor um primeiro regulamento das meretrizes (1872); criava-se uma biblioteca pública, construía-se o matadouro municipal; restaurava-se a Sé Catedral, demais igrejas, o edifício do Leal Senado, a fachada da Ermida de N.ª Sr.ª da Guia e o emblemático farol, o primeiro das costas do Sul da China, em 1865. O mecanismo, desenvolvido à semelhança de um candeeiro a petróleo, foi projectado pelo macaense Carlos Vicente da Rocha (1810-1883) e custeado pela comunidade estrangeira de Macau, liderada por Henry Davies Margesson (1823-1869), que o ofereceu ao então governador (g. 1863-1866) José Rodrigues Coelho do Amaral (1808-1873), que pessoalmente dirigiu as obras de construção. Ironicamente, Margesson haveria de perecer tragicamente no naufrágio do vapor *Hayomaro* ao largo de Yokohama, Japão, quando regressava a Inglaterra após uma estadia de 23 anos na China.



Aspecto de uma das salas da casa de José Vicente Jorge.
Cortesia de Graça Pacheco Jorge.

MACAO: ARTS & LETTERS - I



MACAU: ARTES & LETRAS - I

Bem útil deve ter sido este farol para indicar o rumo aos que, surpreendidos no mar, demandavam o porto antes que o devastador tufão formado na noite de 22 para 23 de Setembro de 1874 tudo varresse e devastasse, incluindo o mesmo farol que bem danificado ficou. E convém não esquecer, que a população marítima de Macau, incluindo a das ilhas, quase chegaria então às 11 000 almas, como vimos.

Diz-se¹⁶ que terá sido o pior de sempre em Macau. Talvez sim, talvez não, porque não há registos criteriosos nem relatórios tão detalhados para os anteriores, mas o que é certo é que os estragos e prejuízos foram grandes e ficaram na memória das suas gentes. Não só os provocados pelo fenómeno em si como e, talvez sobretudo, pelos violentos incêndios que se lhe seguiram e que mobilizaram toda a população de Macau, atemorizada pela catástrofe natural, pelos ataques dos piratas e pelas pilhagens que a situação de calamidade proporcionava. Não ainda José Vicente Jorge, que rondaria os dois anos de idade, sem com isto dizer que não possa tê-lo ouvido descrever e relembrar por vezes, tanto mais que foram muitas as ruínas provocadas pela intempérie que persistiram na cidade por algumas décadas. Cinco mil vítimas e cerca de dois milhões de patacas de prejuízos em prédios, embarcações (cerca de 2000) e mercadorias, danificadas ou perdidas, é realmente um balanço bem negro. E seria superior, não fora o heroísmo do exímio nadador, o já nosso conhecido e versátil Pedro Gastão Mesnier,¹⁷ secretário particular do governador e jornalista, que, com risco da própria vida, se lançou ao mar encapelado para, a nado, estender um cabo com o que salvou a tripulação de uma lancha. Por isso, foi agraciado com a Medalha de Prata de Mérito, Filantropia e Generosidade em 10 de Dezembro de 1874. Espírito irrequieto e destemido, este homem de mão do visconde de São Januário já se distinguira em Goa durante a aludida repressão das tropas autóctones revoltosas em 1871.

Nos tempos de José Vicente Jorge menino, em que também experimentou a vida no Sião durante o curto período dos seis meses em que o seu pai aí exerceu funções consulares tendo ele cerca de 11 anos, regulamentava-se a instrução primária oficial em Macau e surgia o Colégio de Santa Rosa de Lima. Da recém-criada Associação Promotora para a Instrução dos Macaenses (1871), ainda hoje actuante, surge a iniciativa de uma Escola Comercial (1878), que a partir de 1885 passou a funcionar no Seminário de

São José, e onde Cândio Jorge leccionou a disciplina de caligrafia. Embora com fracos resultados, concretizava-se a velha aspiração dos macaenses a uma escolaridade específica¹⁸ adaptada às necessidades do seu principal mercado de trabalho, ou seja, as companhias comerciais estabelecidas nas grandes metrópoles da região.

O Seminário, instituição onde José Vicente Jorge, tal como o seu pai, foi educado, acabaria sempre por congregar, de uma forma ou de outra, quase todas as novas iniciativas escolares de Macau. Assim aconteceu também com a nova aula de língua portuguesa para alunos chineses – projecto antigo, aprovado em 1868 mas só efemeramente concretizado entre 1873 e 1875 –, e com a cadeira de Matemática e de Náutica criada em 1862.

Com efeito, e não obstante todas as tentativas de laicização do ensino desde os tempos de Pombal, os esforços da sociedade civil e as experiências mais ou menos efémeras, o que é certo é que, e apesar de todas as vicissitudes por que passou, o Seminário de São José foi, e continuaria a ser ainda por muito tempo (mesmo no século xx), o local por excelência para a instrução das gentes da terra.¹⁹ Ao nível do ensino secundário sobretudo, a possibilidade de escolha era bem escassa, já que o Liceu de Macau só foi criado em 1893. Instalado no extinto Convento de Santo Agostinho, começou a funcionar em 28 de Setembro de 1894, quando José Vicente já atingira os 22 anos de idade e concluíra a sua instrução, precisamente durante o período em que falhara a tentativa de implementação do Seminário-Liceu de São José, decretada em 22 de Dezembro de 1881.²⁰

A política metropolitana continuava a apostar na tentativa de homogeneização dos modelos educativos – sem contudo os impor à comunidade chinesa – e na integração de Macau na nação portuguesa, processo esse que conduziria à marginalização e à erradicação do *patuá* [*patois*], o dialecto de Macau, para a esfera doméstica e da sátira política e social no seio da comunidade macaense. Curiosamente, um dos mais entusiásticos obreiros da sua recolha²¹ haveria de ser, mais tarde, Danilo Barreiros (1910-1994), um dos genros de José Vicente Jorge, ainda que este fosse oriundo de Portugal.

Embora ainda granjeasse alguma oposição por parte de certos sectores da sociedade,²² a instrução feminina também merecia especial cuidado, ao ponto de, curiosamente, a taxa de alfabetização (70,5%) da

população feminina não chinesa de Macau²³ ultrapassar em 31 de Dezembro de 1878 a da masculina (68,9%). Ainda que no universo restrito da comunidade não chinesa natural de Macau, logo maioritariamente macaense, a taxa de literacia feminina (72,8%) fosse inferior à masculina (76,9%), também não deixava de ser elevada e de quase a igualar.²⁴ Não obstante serem raros os casos dos macaenses que iam além da escolaridade primária, e sobretudo da secundária, convém referir que a taxa de literacia (74,5%) dos homens e mulheres não chineses naturais de Macau suplantava a da população metropolitana, grupo em que a taxa de alfabetização não ultrapassava então²⁵ os 48,8% e, largamente, a da população chinesa (31,3%) onde apenas 1,6% das mulheres eram alfabetizadas.²⁶

Seria, no entanto, necessário esperar alguns anos para que a primeira senhora macaense se matriculasse no ensino superior que, claro, não existia em Macau, motivo pelo qual a Administração custeava as passagens aos filhos dos funcionários que pretendessem completar os seus estudos em Portugal. Foi ela, nem mais nem menos, do que uma filha do nosso José Vicente, Amália Alda Pacheco Jorge (1898-1977), que, em 1916, zarpou para Lisboa a fim de concluir o Curso Complementar dos Liceus – que em 1898 deixara de existir por cerca de duas décadas quando o Liceu de Macau passou a Liceu Nacional – e, depois, cursar Medicina.

Tal só foi possível devido à intervenção do pouco convencional Camilo Pessanha, que fora seu professor de Filosofia do Liceu de Macau, e que mantinha uma estreita relação de amizade com José Vicente Jorge. O poeta terá não só feito com que a jovem fosse acolhida em casa da conhecida escritora Ana de Castro Osório (1872-1935), também amiga de Pessanha como se sabe, mas mesmo ajudado o pai a custear as avultadas despesas que tal implicava.²⁷ Amália, que concluíra com distinção o Curso Geral dos Liceus em Agosto desse ano, seguiu, nos finais de Outubro inícios de Novembro, para Portugal na companhia do irmão Cândio José Jorge (1896-1961), que embora cerca de dois anos e meio mais velho só terminara o ensino secundário na segunda época. Cândio pretendia vir a seguir Direito mas acabará por optar pela Escola de Guerra. Por circunstâncias diversas, nenhum deles concluiu a licenciatura, sendo que Amália se viu obrigada a abandonar os estudos por questões de saúde, regressando a Macau em 1923. E não para tratar dos irmãos após a morte da mãe, Matilde Augusta Pacheco

(1875-1926), como pretende Jorge Forjaz,²⁸ uma vez que esta só faleceu em 30 de Dezembro de 1926, altura em que Amália assume realmente as responsabilidades de dona de casa, tendo vivido com e cuidado do pai até ao falecimento deste. De regresso a Macau torna-se, estamos em crer, na primeira mulher a ser nomeada professora do Liceu Central de Macau ao ser incumbida de reger interinamente as disciplinas do 2.º grupo, i. e., Francês, em 10 de Dezembro de 1923.²⁹ Acabaria, no entanto, por se efectivar como professora do ensino primário oficial em 14 de Dezembro de 1935.³⁰

*Macau vivia pacata
e pachorrenta na periferia
de um conturbado império
chinês ainda governado
pela decrepita dinastia Qing
(1644-1912) sob a mão
de ferro da famosa imperatriz
regente, a concubina Cixi
(1835-1908).*

Em suma, foi durante a infância e juventude de José Vicente Jorge que Macau adquiriu o perfil que ainda hoje tem.

Empreendia-se não só uma progressiva política de uniformização do espaço ao derrubarem-se as fronteiras que separavam a cidade cristã das aldeias chinesas, nomeadamente a muralha da cidade, como de extensão da jurisdição portuguesa a toda a população. Por isso, se inicia, em 1 de Fevereiro de 1879, a inclusão regular no *Boletim da Provincia de Macau e Timor* de traduções, em língua chinesa, de legislação, regulamentação, disposições ou noticiário relacionado com, ou passível de interessar, a população chinesa. Eram as mesmas então elaboradas na Procuratura dos Negócios Sínicos, a que o pai de José Vicente Jorge, Cândio Jorge, esteve ligado, já que foi intérprete-tradutor no início da sua vida profissional. Seria também essa a carreira seguida pelo filho, e na qual haveria de se notabilizar, ingressando, ainda como aluno, em 12 de Março de

MACAU: ARTES & LETRAS - I

1890, na Repartição do Expediente Sínico. Virá mais tarde a chefiá-la (como titular do cargo) entre 27 de Dezembro de 1911, dia em que completava 39 anos, e 19 de Março de 1920, quando foi declarado incapaz para o serviço por Junta de Saúde. Aposentou-se a 14 de Abril seguinte com apenas 47 anos de idade, num momento de grande tensão no relacionamento entre Macau e Cantão, passando a dedicar-se a partir de então ao ensino.

A criação de um organismo público vocacionado para os assuntos chineses, e também regulamentador e fiscalizador das suas actividades, tornara-se num imperativo político, surgindo, em 5 de Julho de 1865, a Procuratura dos Negócios Sínicos.³¹ Logo, a formação de intérpretes-tradutores capazes de assegurarem

o seu regular funcionamento, e que assumem uma importância crescente no contexto político-administrativo-diplomático da Província, passa a ser uma prioridade. A Procuratura passou a deter os poderes judiciais até então nas mãos do Procurador do Senado – cargo que o governador Ferreira do Amaral já colocara sob alçada do governador em 20 de Agosto de 1847, acabando por perder o seu carácter electivo e passando a ser de nomeação régia. Mantendo inicialmente o estatuto de tribunal privativo da população chinesa de Macau, granjeado *de facto* em 1849 aquando da expulsão dos mandarins chineses da cidade, perdê-lo-á com o avanço da política de centralização da administração colonial e a Procuratura acabará mesmo por ser extinta em 20 de Fevereiro de 1894. Não

José Vicente Jorge com os seus colegas da Repartição do Expediente Sínico, ca. 1907.



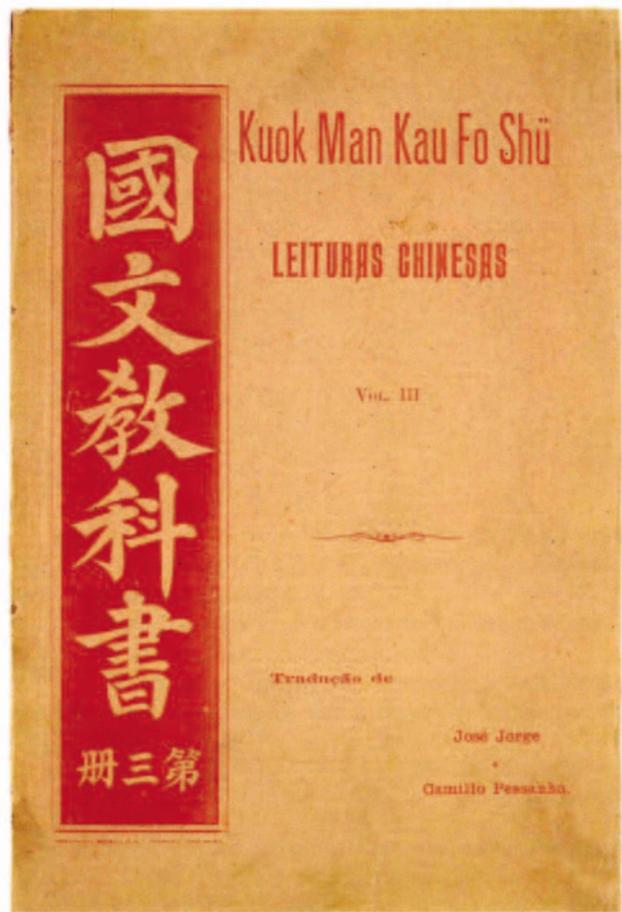
obstante as diversas tentativas de uniformização e as sucessivas reformas do Tribunal Privativo dos Chinas de Macau, em que José Vicente Jorge serviu de juiz substituto por diversas vezes na década de 1920, o que é certo é que a comunidade chinesa não deixou de gozar de um direito privado e de se manter em Macau uma situação de pluralismo jurídico e judicial.

Persistiu também a Repartição do Expediente Sínico, autonomizada da Procuratura em 2 de Novembro de 1885, órgão administrativo que, para além de assegurar a tradução oficial entre o Português e o Chinês (Cantonês e Mandarim), apoiava toda a Administração no seu relacionamento com a comunidade chinesa, informando e negociando sobre matéria chinesa, formando e fornecendo intérpretes-tradutores para as legações, consulados e missões diplomáticas de Portugal na China e na região.³²

Após a extinção da Procuratura em 20 de Fevereiro de 1894, a Repartição do Expediente Sínico surge como o único organismo público em que os macaenses – grupo onde por norma eram recrutados os intérpretes-tradutores – ascendiam aos lugares de topo, regra geral reservados aos metropolitanos, tornando-se num raro instrumento de que a comunidade dispunha para a sua “nobilização”, ou aristocratização se preferirmos – à semelhança do que em Portugal ocorrera com a chamada nobreza de toga – oportunidade essa que a mesma comunidade não deixou de aproveitar e de gerir por via de estratégias familiares e de grupo.

Reflectindo a crescente necessidade de formação de quadros especializados, e cumprindo o estipulado no artigo 12.º dos respectivos estatutos, a Repartição será dotada de escola própria para a formação dos seus quadros.

Naturalmente que sempre os houvera em Macau, sobretudo ao serviço do todo-poderoso Senado, sendo os intérpretes inicialmente recrutados de entre os chineses católicos. Alguns destes – na sua maioria originários de Macau – ingressaram nas ordens religiosas, especialmente na Companhia de Jesus, onde também se concentrava a maioria dos europeus capazes de dominarem o idioma chinês. É de todos sabida a contribuição que os jesuítas prestaram no domínio linguístico, na tradução de obras e na mediação dos assuntos da cidade e da sua população junto das autoridades chinesas, locais e regionais, e mesmo na Corte imperial. Contudo, no século XIX, a administração central requeria que os intérpretes não só



Capa de *Kuok Man Kau Fo Shü. Leituras Chinesas*. Tradução de José Vicente Jorge e Camilo Pessanha (Macau: Typ. Mercantil de N. T. Fernandes e Filhos, 1915).

assegurassem a diplomacia diária da cidade mas também que tomassem a seu cargo toda a sorte de assuntos respeitantes à população chinesa de Macau, então já sob jurisdição portuguesa, e que, como vimos, constituía a larga maioria. Deles dependia em muito a economia e a manutenção da estabilidade e do equilíbrio na vida de Macau.

Consustanciava-se num outro enquadramento político-administrativo e, a breve trecho num outro contexto político-diplomático *post* Tratado de 1887, o papel desde sempre reservado ao intérprete de Macau abarcando os domínios da língua (e formação linguística), da informação e da diplomacia.

Com a progressiva laicização do Estado e abolidas as ordens religiosas em 1834, foi a responsabilidade de formação dos intérpretes-tradutores teoricamente trazida para a esfera da instrução pública, se bem que de uma ou outra forma se tenha mantido quase

MACAU: ARTES & LETRAS - I

sempre ligada ao Seminário de São José até aos finais do século XIX.

É a partir de então que assumem relevo no domínio do ensino do idioma sínico nomes saídos da comunidade macaense, e do Expediente Sínico, como os de Pedro Nolasco da Siva (1842-1912), Carlos Augusto Rocha d'Assumpção (1862-1932), José Vicente Jorge e, mais recentemente, Luís Gonzaga Gomes (1907-1976). Intérpretes, professores e diplomatas, que não raras vezes viram os seus serviços serem reconhecidos não apenas pelas autoridades de Lisboa mas, nalguns casos, também de Pequim – como aconteceu com José Vicente Jorge e com o seu antecessor no Expediente Sínico e concunhado Carlos d'Assumpção –, esses homens em muito excederam tais funções, assumindo-se como verdadeiros e empenhados obreiros de uma intermediação cultural entre os dois mundos em que viviam. Vertendo também, embora menos frequentemente, obras portuguesas para o idioma chinês, traduziram e/ou versaram em português temas e textos relevantes da cultura chinesa, que respeitavam e ensinaram a valorizar no seio de uma Macau tacanha e de um funcionalismo metropolitano nem sempre aberto e receptivo à diversidade. Não foi esse o caso de Wenceslau de Moraes nem de Camilo Pessanha, a quem José Vicente Jorge revelou os segredos da poesia chinesa, que com ele anotou e reviu,³³ e os da arte chinesa, que ambos colecionaram.³⁴ Por isso ambos os escritores metropolitanos, Camilo e Wenceslau, ficaram na memória da família Jorge, como homens sábios a respeitar e a venerar.

Agentes de intermediação, esses intérpretes-tradutores também o foram na postura que souberam absorver de Laozi, o sábio chinês, que os transformou em mestres venerados. Assim imortalizou Joaquim Paço d' Arcos (1908-1979), que nos seus tempos de juventude o teve por professor de Inglês no Liceu de Macau, José Vicente Jorge³⁵ na personagem do professor Hu, também ele um homem dividido entre dois mundos e um fugitivo dos horrores da guerra, no seu livro *O Navio dos Mortos e Outras Novelas*, publicado em 1952:

“Ele pertencia a um mundo antigo que durante séculos supusera cultivar os valores morais e amara os motivos eternos de beleza; verdade era que nesse mundo morria muita gente de fome; mas nele o homicídio era um crime e o culto da arte e do belo permitia aos professores e aos sábios continuarem

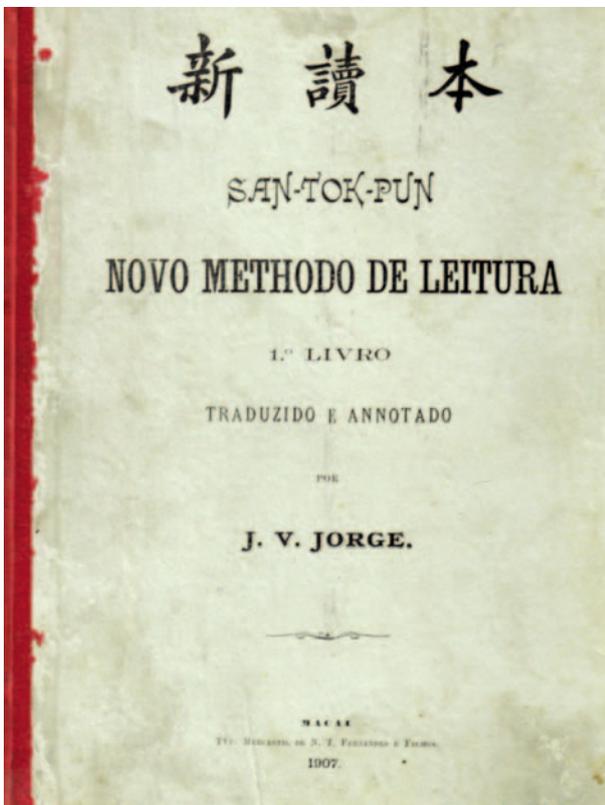
a leccionar, por entre o turbilhão das guerras, as poesias que os imperadores, os mandarins e os letrados tinham composto, nas horas felizes de ócio, havia vinte, havia trinta séculos.”³⁶

Se é certo que na época que viu nascer José Vicente Jorge se aportuguesava a administração de Macau e se derrubavam as barreiras espaciais que dividiam ambas as comunidades, tal não significava que se tivessem abolido as fronteiras étnicas e culturais que as separavam e que, algo contraditoriamente, a cidade se não achinasse, trazendo à tona a essência da sua verdadeira techedura populacional.

A população chinesa estruturava-se melhor, organizando-se em corpo capaz de dialogar com um poder administrativo português cada vez mais abrangente. De entre as suas associações seculares nascia a Tong Sin Tong em 28 de Novembro de 1892 e aquela que mais tarde se viria a designar por Associação de Beneficência do Hospital Kiang Wu, uma associação de benemerência e de auto-regulação de grupo algo semelhante à nossa Santa Casa da Misericórdia que em muito excedia, e excede, os simples propósitos de criação e manutenção de um hospital chinês. Tal foi bem observado por Bernardo Pinheiro Correia de Melo (1855-1911), mais conhecido por conde de Arnoso, quando passou por Macau em Junho de 1887. Vejamos como nos descreveu ele o Hospital Kiang Wu (à letra *Lago do Espelho*, um dos nomes literários de Macau na poesia chinesa), autorizado em 1870 e fundado em 1871 por um grupo de negociantes e capitalistas chineses, doadores e angariadores dos fundos obtidos por subscrição pública:

“O hospital china, sustentado pelos chinas ricos de Macau, tem inteiramente o ar d'um pagode. É ali, em volta d'uma grande mesa e sentados em pesadas cadeiras de braços, que os magnates chinas se reúnem para deliberar sobre os negocios que mais de perto os interessam. É d'aqui que partem as representações dirigidas pela população china ao governador. Todos os governantes, depois de terem tomado posse, marcam dia para visitar o hospital, onde são recebidos por todo o *synhedrio* chinês.”³⁷

Mudanças essas ainda testemunhadas pelo arrebatado macaense coronel Vicente Nicolau de Mesquita (1818-1880), justiceiro da causa pátria que, em acto tresloucado, mata e fere a família, acabando por se suicidar.



Capa de *San-Tok-Pun. Novo Methodo de Leitura*, traduzido e anotado por José Vicente Jorge (Macau: Typ. Mercantil de N. T. Fernandes e Filhos, 1907).

Ainda que com apenas nove anos de idade, José Vicente Jorge talvez se tivesse apercebido e ouvido falar do crime passional e dos reverses da vida que transformavam o antigo herói num quase excomungado. E das marcas de sangue – sobretudo as que Mesquita infligira em gentes da China ao tomar o forte do Passaleão em 25 de Agosto de 1849 –, que acabariam por ser vingadas pela ira popular depois, muito depois. Quando, no rescaldo da Revolução Cultural, a população descontente vê nele – ou melhor, na memória que da vingança do assassinato do governador Ferreira do Amaral se quis perpetuar –, uma afronta. Ao erigir-se, pelos idos comemorativos de 1940, estátua imponente do coronel Mesquita desambainhando a espada em plena praça pública, reabilitara-se finalmente o herói, já ilibado da culpa do genocídio familiar a pretexto da loucura. Mas acabaria por cair de vez, arrastado pela população chinesa em tumulto, no que ficou conhecido para a História como os “acontecimentos do 1,2,3”, ocorridos em Dezembro de 1966. Não sem que, antes de o destronarem com a ajuda de uma camioneta, tivesse o espírito de Mesquita

sido apaziguado pelo fumo de pivetes colocados no pedestal da sua estátua. Conseguiu escapar, no entanto, a autoritária representação de Ferreira do Amaral que só muito mais tarde, já nas vésperas da transferência da administração de Macau para a República Popular da China seria apeada, empacotada e enviada para Portugal em 28 de Outubro de 1992, onde, depois de ter jazido num qualquer armazém, acabou por ser colocada, em 1999, num jardim do Bairro da Encarnação em Lisboa.³⁸ Sem quezílias nem tumultos, algo secretamente até, a pretexto de uma obras, e/ou do mau *fong soi* que o monumento exercia sobre o imponente edifício vizinho do Banco da China, que então acabava de ser edificado e suplantava em altura outro qualquer de Macau...

Mas adiantámo-nos. Isso já nem viu José Vicente Jorge, a quem as privações, dificuldades e receios vividos durante a Guerra do Pacífico, fizeram em 1945 procurar abrigo em Portugal, onde acabaria por falecer aos 22 de Novembro de 1948, vítima de desgosto e da diabetes. Não voltou a ver Macau, se bem que um quase culto da memória da terra natal se tivesse tornado numa como que religião de família.

José Vicente Jorge viveu com coerência e honradez numa conturbada época de transição a nível mundial: da monarquia à república, da democracia à ditadura, da paz à guerra, do colonialismo ao alvor dos nacionalismos, mas também de profunda e consternante alteração da vida quotidiana rumo à modernidade, o que, num século de todas as mudanças, não deixou também de transformar a sua Macau.

Desterrado como o Prof. Hu, também como ele José Vicente Jorge encontrou refúgio, enquanto pôde, na convivência das “coisas belas e inúteis que dão prazer ao espírito”³⁹ e na memória da sua terra natal. **RC**

Nota da Autora: Versão integral da “Introdução” à obra *José Vicente Jorge. Macaense Ilustre. Fotobiografia*, da autoria de Graça Pacheco Jorge e Pedro Barreiros (Macau: Albergue da Santa Casa da Misericórdia, 2011), liberta das limitações de espaço que lhe foram impostas pela referida edição.

MACAU: ARTES & LETRAS - I

NOTAS

- 1 Na sequência do que o seu principal redactor, o médico e professor Francisco da Silva Magalhães (?-1886), foi desterrado para Timor pelo governador visconde de S. Januário. Solução ineficaz, no entanto, porque de Díli continuavam a chegar impressas as críticas a Correia d' Almeida e à sua governação.
- 2 Não entrando na extensa bibliografia *moraesiana*, refira-se só a relativamente recente obra de Luiz Gonzaga Ferreira sobre esta faceta da vida do escritor, intitulada *Wenceslau de Moraes. O Diplomata* (Lisboa: Instituto Camões/Vega, 2004), editada por ocasião das Comemorações dos 150 Anos do Nascimento de Wenceslau de Moraes.
- 3 Considerado após a Revolução de 1949 como um “tratado desigual”, viria a ser denunciado pela República Popular da China, juntamente com outros acordos internacionais celebrados no mesmo contexto. Sobre o Tratado, consulte-se, per tot. António Vasconcelos de Saldanha, *O Tratado Impossível. Um Exercício de Diplomacia Luso-Chinesa num Contexto Internacional em Mudança, 1842-1887* (Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2006).
- 4 O que perfaz um total de 68 086 indivíduos, incluindo a população terrestre (57 143) e marítima (10 943) da península de Macau e Ilhas, de acordo com o recenseamento de 1878. Vd. *Recenseamento Geral da População de Macau em 31 de Dezembro de 1878. Publicado no Supplemento ao Boletim da Provincia de Macau e Timor de 31 de Dezembro de 1880* (Macau: Typographia Mercantil, 1881) e Custódio N. P. S. Cónim e Maria Fernanda Bragança Teixeira, *Macau e a sua População, 1500-2000. Aspectos Demográficos, Sociais e Económicos*, vol. 1 (Macau: Direcção de Estatística e Censos, 1999), pp. 93, 134 e Anexos, p. 22.
- 5 Logo no discurso proferido pelo representante do Leal Senado no dia do lançamento da primeira pedra do hospital, em 1 de Dezembro de 1782, se assume a associação do nome do governante ao da obra: “A opinião publica para comemorar a iniciativa de v. ex.^a n'este util melhoramento já denominou o novo hospital, e o município pede a v. ex.^a lhe permita consagrar esta denominação, e que os macaenses não tenham de aprender outro nome para este hospital, que já todos chamamos o hospital de S. Januário.” *Memoria dos trabalhos que se emprenderam para edificação do Hospital Militar de Sam Januario por H. A. Dias de Carvalho...* (Macau: Typographia Mercantil, 1873), p. 39, reproduzindo a *Gazeta de Macau e Timor* de 3 de Dezembro de 1872.
- 6 Manuel de Castro Sampaio, *Os Chins de Macau* (Hong Kong: Typographia de Noronha e Filhos, 1867), p. 138. Vd. também *Relatorio e documentos sobre a Abolição da Emigração de Chinas Contratados em Macau. Apresentado ás Côrtes na Sessão Legislativa de 1874 pelo Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar* [João de Andrade Corvo] (Lisboa: Imprensa Nacional, 1874), pp. 14-15, em que apenas se alude a um “negociante macaista”, explicitando adiante: “Os primeiros culis que saíram da colonia em navio portuguez e por conta de um portuguez foram 250 destinados a Calhau de Lima: os contratos d'estes culis eram proximamente iguaes àquelles que acima citei, sendo por oito annos o engajamento e a soldada de 4 patacas por mez.”
- 7 “Auto da solemne inauguração do hospital militar de S. Januario, mandado construir por S. Ex.^a o Governador Visconde de S. Januario no outeiro de S. Jeronimo, tendo sido collocada a pedra angular do mesmo edificio pelo mesmo Ex.^{mo} Governador no dia primeiro de dezembro de 1872”, publicado no *Boletim da Provincia de Macau e Timor* de 10 de Janeiro de 1874, p. 6.
- 8 Depois das referências pioneiras de George Bryan Souza, a que se seguiu António Martins do Vale, e de um ou outro ensaio de Jorge dos Santos Alves, em trabalhos bem conhecidos que cobrem parte do Séculos XVI a XVIII, surgiram recentemente as teses de doutoramento em História Moderna de Jorge Arrimar, *Macau no Primeiro Quartel de Oitocentos*, Universidade dos Açores, 2007 (*non vidi*), de alguma forma resumida no artigo “Sociedade e poder político em Macau nos séculos XVIII e XIX”, *Revista de Cultural Review of Culture* n.º 32, Outubro de 2009, pp. 87-106 e de Elsa Penalva, *Lutas Pelo Poder em Macau (c. 1590-c. 1660)* (Lisboa: Universidade de Lisboa, 2005) (*non vidi*).
- 9 Como pretende Jorge Forjaz, *Famílias Macaenses*, vol. 2 (Macau: Fundação Oriente/Instituto Cultural de Macau, 1996), p. 256.
- 10 Vd. as actas das primeiras sessões dessa Comissão em 11 e 26 de Julho de 1848, transcrevendo a citada portaria, publicadas em Apêndice (C n.º 4 e n.º 5) ao *Relatório apresentado pelo Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Macau, Pedro Nolasco da Silva á meza da mesma Irmandade na Sessão de 9 de Julho de 1902...* (Macau: Typographia Noronha & Ca., 1902), pp. XI e XII. Vd. tb. José Caetano Soares, *Macau e a Assistência (Panorama Médico-Social)* (Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1950), pp. 323-326, embora indique, ao que parece erroneamente, a data de 4 de Junho de 1848 em vez de Julho para a nomeação da Comissão.
- 11 Câncio terá sido admitido como irmão antes de 18 de Maio de 1893, enquanto que José Vicente Jorge só o foi seguramente depois desta data mas antes de 23 de Março de 1901. Vd. Leonor Diaz de Seabra, *A Misericórdia de Macau (Séculos XVI a XIX). Irmandade, Poder e Caridade na Idade do Comércio* (Macau: Universidade de Macau/Universidade do Porto, 2011), pp. 541, 555 e 557.
- 12 A essa data, já José Vicente Caetano Jorge morrera há perto de 11 anos e Emília Antónia Xavier estava casada com Cândido António Osório (1803-1874) há quase outros tantos, tendo dado à luz mais seis filhos deste segundo casamento celebrado em 3 de Novembro de 1857. Por isso também não se pode aceitar a indicação de 1858 para o falecimento de José Vicente Caetano Jorge oferecida por Manuel Teixeira, *Toponímia de Macau*, vol. 2 - *Ruas com Nomes de Pessoas* (Macau: Centro de Informação e Turismo, 1981), pp. 327-330 (entre outras), obra onde também se confunde a linhagem de outros elementos da família, nomeadamente a de Câncio Jorge (erros que o autor repete em *Portugal na Tailândia* [Macau: Imprensa Nacional de Macau/Direcção dos Serviços de Turismo, 1983], p. 244). Também Beatriz Basto da Silva, *Cronologia da História de Macau*, vol. 3 - *Século XIX* (Macau: Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, 1995), p. 166 diverge quando à data de falecimento de José Vicente Caetano, referindo o ano de 1856. Por tudo o que fica dito, e na falta do respectivo assento de óbito e de qualquer indicação na sua pedra tumular – e apesar de também errar quanto à mencionada data de casamento, aproximando-a desnecessariamente do momento da legitimação de Francisco e de Câncio Jorge ocorrida em 6 de Agosto de 1868 –, preferimos a lição de Jorge Forjaz, *Famílias Macaenses*, vol. 2, pp. 256, 896 e 899-900, suportada por uma investigação genealógica mais consistente, que indica o ano de 1857 para o falecimento de José Vicente Caetano.
- 13 Sobre a história do Teatro D. Pedro V e associações a ele ligadas, pondo em relevo a sua actividade cultural, consulte-se a série de artigos publicados em 2002-2003 por Graça Marques e Veiga Jardim na revista *Macau*, sobretudo, “Ópera em Macau – IV, A importância do Teatro D. Pedro V”, e “Ópera em Macau – III”, in *Macau*, 3.^a série, n.ºs 16 e 15, Novembro e Agosto de 2003, pp. 112-123 e 84-89, respectivamente, que também corrigem e completam algumas das afirmações veiculadas por Manuel Teixeira, *O Teatro D. Pedro V* (Macau: Clube de Macau), 1971. A abordagem de Rui Simões, “A língua portuguesa na dinâmica associativa da comunidade macaense”, in *Encontro Português – Língua de Cultura. Actas* (Macau: Instituto

- Português do Oriente) 1995, pp. 217-228 é fundamental para a compreensão das atitudes identitárias subjacentes.
- 14 Para uma boa síntese sobre a vida quotidiana, social e cultural da Macau mais ocidentalizada, nesta época, veja-se A. H. de Oliveira Marques (dir.), *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, vol. 3 - *Macau e Timor. Do Antigo Regime à República* (Lisboa: Fundação Oriente, 2000), nomeadamente pp. 409-428 e 610-648.
- 15 Cujo nome já vimos grafado das mais diversas formas, desde *Cassuso*, *Cassuco* a *Cassuto*, e sobre o qual pouco se sabe, para além de que também esteve envolvido no projecto do Bairro de São Lázaro empreendido pela Santa Casa da Misericórdia de Macau em 1905. Vd. o Apêndice (D) ao *Relatório apresentado pelo Provedor da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Macau, Pedro Nolasco da Silva á meza da mesma Irmandade na Sessão de 9 de Janeiro de 1906 [...]* (Macau: Typographia Mercantil de N. T. Noronha & Filhos, 1906), p. 54.
- 16 Vd., per tot., Manuel Teixeira, *O Maior Tufão de Macau. 22 e 23 de Setembro de 1874* (Macau: Tipografia da Missão do Padroado, 1974), já que segue de perto e transcreve os relatórios das autoridades civis, militares e religiosas descrevendo a catástrofe, listando e quantificando os prejuízos e as medidas implementadas ou a implementar, elaborados na sua maioria em Outubro de 1874. O tema foi recentemente revisitado, incluindo uma análise dos aspectos meteorológicos, numa sessão congregando diversos oradores e entidades, promovida pelo Clube C&C, de que destacamos as intervenções de António Viseu e Crystal Chang, “The Most Powerful Typhoon on Record in Macao – 22-23 Sep. 1874” e “Riscos e protecção contra catástrofes naturais em Macau. O tufão de 22/23 de Setembro de 1874” de Jorge Morbey, a quem agradecemos a cedência das respectivas apresentações.
- 17 Vd. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, GEPEB*, vol. xvii, (Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, s. d.), p. 27 e a nota biográfica de Aureliano Barata à reedição de *Itinerário de S. Ex.ª o Sr. Visconde de S. Januário de Macau ao Japão em 1873 pelo seu Secretário Pessoal Pedro G. Mesnier* (Macau: Fundação Macau, 2000), pp. 8-10 (1.ª ed., 1873-1874).
- 18 Vd. os estudos dispersos de Rui Simões, sobretudo, “Uma educação para a diáspora: Os discursos sobre a instrução em Macau em finais do séc. XIX”, in *Administração. Revista de Administração Pública de Macau*, Macau, vol. 6, n.º 22, Dezembro de 1993, pp. 821-829 e “Os discursos sobre a instrução dos Macaenses da Monarquia à República”, in Rufino Ramos et al. (eds.), *População e Desenvolvimento em Macau/Population and Development in Macau. Proceedings of the International Conference held at the University of Macau, 6-7 December 1993* (Macau: University of Macau/Macau Foundation, 1994), pp. 495-511.
- 19 Sobre o vasto tema da educação em Macau, a *História dos Portugueses...*, vol. 3, pp. 485-538 oferece-nos uma boa síntese, que contempla este período, a que se deve aduzir a visão problematizadora de Rui Simões, “Education and Changes in Macao’s Portuguese Community”, in *Revista de Cultural Review of Culture*, Macau, n.º 3, Julho de 2002, pp. 164-175 (<http://www.icm.gov.mo/RC/TextPE.asp?No=3&ID=263>), acesso em 29/07/08. Manuel Teixeira, *A Educação em Macau* (Macau: Direcção dos Serviços de Educação e Cultura, 1982) e Lau Sin Peng, *A History of Education in Macao*, (Macau: Faculty of Education, University of Macau, 2009) são úteis para uma perspectiva mais descritiva e institucional.
- 20 Já houvera uma primeira tentativa nesse sentido, igualmente infrutífera, com o Decreto de 20 de Setembro de 1870.
- 21 Essencialmente publicada em Macau, nas páginas da revista *Renascimento* entre 1943 e 1944. Sobre a biografia desta figura, de vida aventurosa, e apaixonada das coisas de Macau, veja-se a obra recentemente publicada por um dos seus filhos, Pedro Barreiros, *Daniilo no Teatro da Vida. Romance Biográfico* (Lisboa: Ed. do Autor, 2010).
- 22 Vd. Rui Simões, “Uma educação para a diáspora...”, pp. 825-826.
- 23 Como era também o caso das bem escassas (26 apenas) mulheres metropolitanas que então residiam em Macau, cuja taxa de literacia (61,5%) ia muito além da dos homens seus compatriotas (48,4%), o que, retiradas as onze crianças com idade inferior a dez anos nascidas em Portugal que então viviam em Macau, fazia subir para 80% a taxa de literacia feminina do grupo metropolitano, mantendo-se a masculina na ordem dos 48,6%.
- 24 Se considerarmos a população não chinesa natural de Macau com idade superior a dez anos, logo com a alfabetização concluída, os valores são naturalmente ainda mais elevados, com 94,9% de literacia para os homens e 85,5% para as mulheres.
- 25 Esta situação ter-se-á alterado radicalmente em menos de duas décadas, porquanto no recenseamento geral de 1896, embora o seu número absoluto tenha decrescido de 735 para 615, a taxa de alfabetização dos naturais de Portugal passou para 80%. Se esta alteração reflecte sobretudo o abandono da colónia por parte dos soldados analfabetos que integravam o Batalhão do Regimento de Infanteria do Ultramar que entretanto fora extinto, não deixa também de espelhar um certo aumento (11,3%) do número de funcionários públicos (de 78 em 1878 para 88 em 1896), que eram na sua maioria metropolitanos, a que temos vindo a aludir ao longo deste artigo.
- 26 Todos os cálculos acima referidos foram por nós efectuados a partir dos dados fornecidos pelos 1.º e 2.º recenseamentos gerais da população de Macau de 31 de Dezembro de 1878 e 13 de Fevereiro de 1896. Vd. *Recenseamento Geral da População de Macau em 31 de Dezembro de 1878...*, pp. 14-15 e *Recenseamento Geral da População da Província de Macau feito em 13 de Fevereiro de 1896. Publicado no 2.º Suplemento ao n.º 6 do Boletim Oficial da Província de Macau de 12 de Fevereiro de 1897* (Macau: Typographia Mercantil de N. T. Noronha & Filhos, 1897), pp. 7, 13-15 e 26-27, sobretudo.
- 27 Vd. carta de Camilo Pessanha a Ana de Castro Osório, 1916, in *Cartas a Alberto Osório de Castro, João Baptista de Castro e Ana de Castro Osório*. Recolha, transcrição, introdução e notas de Maria José de Lencastre (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984), pp. 378-380.
- 28 Jorge Forjaz, *Famílias Macaenses*, vol. 2, p. 262.
- 29 Arquivo Histórico de Macau, Fundo da Administração Civil, adiante, AH/AC, Processo n.º 9076.
- 30 Portaria n.º 1998. Vd. *Boletim Oficial da Colónia de Macau*, n.º 50, 14/12/1935, p. 1472 e AH/AC, Processo n.º 15631.
- 31 Vd. José Gabriel Mariano, “A Procuratura dos Negócios Sínicos (1583-1894)”, *O Direito*, n.º 2, Janeiro de 1991, pp. 18-22, disponível em *O Direito ONLINE*, 01/01/2001 (<http://www.odireito.com.mo/doutrina/99-a-procuratura-dos-negocios-sinicos-1583-1894.html>), acesso em 6/4/10 e “O Tribunal Privativo dos Chinas de Macau”, *O Direito*, n.º 1, Novembro de 1990, pp. 6-7, disponível em *O Direito ONLINE*, 2001-2011 (<http://www.odireito.com.mo/doutrina/100-o-tribunal-privativo-dos-chinas-de-macau.html>) acesso em 13/04/2011. Veja-se ainda António Manuel Hespanha, *Panorama da História Institucional e Jurídica de Macau* (Macau: Fundação Macau, 1995, pp. 54-68); Jin Guo Ping 金国平 e Wu Zhiliang 吴志良, *Correspondência Oficial Trocada entre as Autoridades de Cantão e os Procuradores do Senado. Fundo das Chapas Sínicas em Português (1749-1847)*, vol. 1 (Macau: Fundação Macau, 2000), pp. 7-16.
- 32 Vd. também Maria Manuela Gomes Paiva, *Traduzir em Macau. Ler o Outro – Para Uma História da Mediação Linguística e Cultural*. Tese de Doutoramento em Estudos Portugueses, na especialidade de Estudos de Tradução, Lisboa, Universidade Aberta, 2008, pp. 125

MACAU: ARTES & LETRAS - I

- et seq.* (<https://repositorioaberto.univ-ab.pt/...2/...1/traduzir%20em%20macau.pdf>), acesso em Abril de 2010.
- 33 Conforme o próprio escritor reconhece na apresentação da sua tradução das “Oito Elegias Chinesas”, efectuada sob a orientação de um letrado chinês, e inicialmente publicada no jornal de Macau *O Progresso*, entre 13 de Setembro e 18 de Outubro de 1914.
- 34 Sobre José Vicente Jorge colecionador de arte chinesa, veja-se a sua obra *Notas sobre a Arte Chinesa* (Macau: Tipografia Mercantil, 1940), elaborada propositadamente para a Exposição do Mundo Português, reeditada em 1995, revista, aumentada e com uma introdução do seu neto Pedro Barreiros, pelo Instituto Cultural de Macau. Para uma detalhada descrição da sua preciosa e imensa colecção de cerca de dez mil peças e da forma como a mesma imperava no palacete de José Vicente Jorge na Rua da Penha, n.º 20, consulte-se Luís Gonzaga Gomes, “Curiosidades Chinesas. O Museu do Senhor José Vicente Jorge”, *Renascimento*, vol. 1, n.º 5, Maio de 1943, pp. 485-495. No que respeita à colecção de Camilo Pessanha, é sabido que, em 1915, ofereceu ao Museu das Janelas Verdes de Lisboa cem peças de arte chinesa, as quais viriam a ser incorporadas, juntamente com outras, por disposição testamentária de 1926, no Museu Machado de Castro de Coimbra. Ele mesmo elaborou o catálogo da colecção, publicado pela Imprensa Nacional de Macau em 1915, por ocasião da primeira doação, com o título *Catálogo da colecção de arte chinesa oferecida ao Museu de Arte Nacional*, o qual foi posteriormente incluído na colectânea póstuma organizada por João de Castro Osório, *China: Estudos e Traduções* (Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1944, pp. 123-131). Vd. também Daniel Pires, *A Imagem e o Verbo. Fotobiografia de Camilo Pessanha* (Macau: Instituto Cultural do Governo da R.A.E. de Macau/Instituto Português do Oriente, 2005), especialmente pp. 131-147.
- 35 “Chefe duma família de prestígio no pequeno meio de Macau, apaixonado tanto da obra de Lao-Tsé como da de Shakespeare [...]. E quando cerca de trinta anos depois ergui em “O Navio dos Mortos” a figura dum sábio tranquilo, cuja serenidade o sofrimento e as humanas paixões não abalaram – quando ergui a figura do Prof. Hu, foi a lembrança do meu antigo professor de inglês que me ajudou a dar forma física e até, em certa medida, estatura intelectual à personagem que o narrador da história acompanha na estalagem de Stratford-on-Avon ...”, Joaquim Paço d’Arcos, *Memórias da Minha Vida e do Meu Tempo* (Lisboa: Guimarães & C.ª. Editores, 1973), p. 222.
- 36 Lisboa: Edições Sit, 1952, com uma versão digital disponível em (http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/doc_details.html?aut=2068), que citamos, p. 45. Acesso em 21/11/09.
- 37 *Jornadas pelo Mundo. I - Em caminho de Peking e II - Em Peking* (Porto: Companhia Portuguesa Editora, 1916), p. 135. A primeira edição desta obra, publicada em 1895, reflecte as impressões de viagem do conde de Arnoso, bem como a sua experiência e aprendizagem da China. Tivera a oportunidade de a visitar ao integrar, na qualidade de secretário, a missão diplomática (1887-1888) chefiada pelo ex-governador de Macau (g. 1883-1886) Tomás de Sousa Rosa (1844-1918), que levou à assinatura do já referido Tratado de Amizade e Comércio entre Portugal e a China em 1 de Dezembro de 1887.
- 38 A estátua, da autoria do escultor Maximiano Alves (1888-1954), foi inaugurada em 24 de Junho de 1940 e removida em Novembro de 1991. Para mais detalhes sobre o seu périplo, veja-se João Paulo Meneses, “A maldição da estátua de Ferreira do Amaral”, *Ponto Final*, 18/05/2011, pp. 14-15. Também o monumento dedicado ao coronel Mesquita, da traça do mesmo escultor, seguiu para Portugal em 1986, depois de mais de duas décadas de recato nas Oficinas Navais de Macau, como nos relembra Jorge Rangel, “Duas Estátuas Apeadas por Razões Políticas”, in *Jornal Tribuna de Macau*, 01/12/2008, versão on-line (<http://www.jtm.com.mo/view.asp?dT=300302005>), acesso em 04/06/2011, mas desconhecemos o seu actual paradeiro.
- 39 Joaquim Paço d’Arcos, *O Navio dos Mortos...*, p. 71.